

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 24 - 1º de julho de 2019



FOTO: FNP

ACT: DIREÇÃO CONTINUA ATAQUE À AMS

Além da AMS, outras pautas discutidas até agora são Participação nos Lucros e Rendimentos, tabelas de turno e SMS

Está em curso a negociação entre petroleiros e a gerência de Gestão de Pessoas da Petrobras para o novo ACT. A discussão iniciou impondo aumento do custo da AMS à categoria petroleira, entre outras pautas da mesa.

Segundo a Petrobras, o débito total da AMS equivale a quase R\$ 120 milhões pelas contas da empresa. Intransigente no acordo com federações e direções sindicais, os descontos foram definidos em oito parcelas, subtraídas do salário da categoria.

Para consolidar a negociação, a

empresa exigiu que as entidades retirassem ações judiciais que suspendessem descontos. Os sindicatos, por outro lado, solicitaram que a companhia apresente o custo da AMS com acidentes e doenças ocupacionais indevidamente alocadas no plano. Além disso, os dados de desconto e de arrecadação devem ser submetidos a uma auditoria externa.

Em seguida, a empresa insiste na tentativa de aplicação da resolução 023/2018, do Ministério do Planejamento, que muda as regras de finan-

ciamento do plano na relação de 70x30 para 50x50. “Não vamos permitir. Até porque nos últimos dois anos a Petrobras contribuiu na AMS com mais 11% enquanto nós [petroleiros] pagamos mais 25%”, aponta Agnelson.

Outro tópico são as tabelas de turno. A proposta sindical é de suspensão da discussão da tabela e prioridade para o debate do novo ACT. A Petrobras informou que avaliará a proposta. No caso da Transpetro, a empresa foi categórica ao afirmar que não há discussão a respeito das tabelas.

EM ÁUDIOS, GERENTE GERAL ATACA A CATEGORIA

Na última semana, circularam áudios do gerente geral do Compartilhado, Jairo Santos, falando dos absurdos que serão implementados na Petrobras. No novo programa, o petroleiro é obrigado a trabalhar mesmo que esteja com problemas de saúde, como ortopédicos ou odontológicos.

“Tem colega que vive apresentando atestado, que se sabe que o cara arma, com o famoso atestado ‘bombril’. E

você fica com cara de... Caramba! Se sentindo injustiçado porque chega no final do ano que aquele cara que é o armador, que vive faltando, que pega a PLR de você!”, solta o gerente, em um dos trechos.

A frase se refere aos novos critérios do PRVE, programa que a Petrobras quer impor e substituir a PLR. Assim, atestados médicos seriam desculpas para a redução da remuneração do

trabalhador busca dividir a categoria como forma de retirar direitos.

Os ataques proferidos pelo gerente foram denunciados pelos petroleiros durante as negociações. “A gente sabe, através do Jairo, que a empresa vai praticamente obrigar o trabalhador a trabalhar se estiver doente pra não ter seu salário subtraído”, afirma Agnelson. Os áudios foram expostos aos representantes da Petrobras nas mesas.

NOTA DE DESAGRAVO

No final de junho, um diretor do Sindipetro PA/AM/MA/AP foi vítima, num grupo de Whatsapp, de ataques pessoais, profissionais e políticos por parte de um ex-supervisor de operações do terminal de Belém, hoje lotado no Rio de Janeiro.

Uma mera discussão, iniciada após conversa sobre os vazamentos que demonstraram a parcialidade da Operação Lava Jato, foi o mote utilizado para ofensas com impropérios e palavras de baixo calão, inclusive com ameaça (“sua cabeça está a prêmio”).

A diretoria deste sindicato desagra-

va o companheiro agredido, cuja conduta na atual gestão tem sido de estar sempre ao lado da categoria e da classe nas lutas pelos direitos e condições dignas de trabalho. O setor jurídico da entidade foi disponibilizado para que seja feita a devida responsabilização legal pelas ofensas.

Essa prática nefasta não deterá a combatividade do movimento sindical petroleiro. Na realidade, demonstra que estamos no caminho correto, ao incomodar tanto os pelegos e subservidores a esta gestão que segue destruindo a Petrobras e o futuro do país.

50 anos de Stonewall: LGBTs e a classe trabalhadora

Nova Iorque, 1969. Pessoas LGBT não podiam expressar publicamente suas orientações sexuais ou identidade de gênero. A elas, eram negados serviços básicos, como saúde e educação; muitas vezes, sendo expulsas de casa. E o pior: podiam até mesmo passar por processos de lobotomia, internações e torturas. Mas, num dia 28 de junho houve uma virada para a comunidade LGBT e para toda a classe trabalhadora!

Depois de várias batidas policiais em um bar nova-iorquino conhecido como Stonewall Inn, um grupo de travestis e transsexuais reagiu, enfrentando a força policial e a postura repressiva do Estado. A revolta prosseguiu por sete noites de confronto e embates entre policiais e LGBTs pelas ruas da cidade. Como resultado, surgiu um movimento denominado Frente de Libertação Homossexual, organização de luta pelos direitos das pessoas LGBT diante dos ataques sofridos.

O enfrentamento teve grande re-

percussão. No ano seguinte, uma passeata foi realizada em comemoração à data, que foi se repetindo a cada ano. E essa é a origem das paradas LGBT em todo o mundo, como as que ocorrem nas capitais brasileiras.

Por que de sua relevância? A cada 19 horas, morre uma pessoa LGBT no Brasil por sua orientação sexual que não corresponde à heteronormativa, segundo dados do Spartacus Gay Guide. Outro absurdo: Jair Bolsonaro lançou a Medida Provisória nº 870, que exclui LGBTs de medidas protetivas de direitos humanos.

Paradas LGBT rememoram a Revolta de Stonewall e são atos pelo direito de existir. Eventos como o de São Paulo, que ocorreu no dia 23, além das pautas contra a lgbtfobia, exigem direitos e pressionam o governo Bolsonaro. A luta LGBT também é a luta da classe trabalhadora, pois a comunidade é formada por pessoas que vivem diariamente a opressão, seja na família, na escola ou no trabalho.

EDITORIAL

FESTA DO EMPRESARIADO

Como vem dizendo desde a campanha, Bolsonaro pretende “tirar o Estado do cangote” do setor patronal. Sem qualquer coincidência, grandes grupos empresariais do país o apoiaram em peso na eleição.

Foram eles que bancaram, via caixa dois, como vem sendo comprovado, uma máquina profissional de disparo em massa de mensagens falsas e apócrifas contra adversários.

Agora, já no governo, Bolsonaro vai pagando a dívida com a burguesia. Além do ataque ao direito à aposentadoria que insiste em tentar aprovar, seguidamente tem sido lançadas medidas de redução de direitos.

Nos últimos tempos, podemos destacar a portaria da Secretaria especial de Previdência e Trabalho, assinada em 18/06, que ampliou para mais 78 setores da economia a exploração do trabalho aos domingos.

Até então, para alguns ramos que esta escala era permitida, como o comércio, era necessária autorização do ministério ou um acordo específico com os sindicatos, prevendo, por exemplo, que as horas do domingo fossem pagas como extras. Aberta a porteira, a tendência é que sejam reduzidos ainda mais os direitos destas categorias já precarizadas.

O secretário que assinou a portaria, por sinal, é Rogério Marinho (PSDB/RN), ex-deputado que relatou a Reforma Trabalhista com a mesma promessa que faz agora: “Muito mais empregos!”. A legislação que rasgou a CLT está prestes a completar dois anos de aprovação e os números mostram que o desemprego aumentou no período.

Semana passada, ao anunciar a revisão das Normas Regulamentadoras (NRs), o deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) confirmou reunião com o governo para enfraquecer a proteção à saúde e segurança do/ trabalhador/a e escancarou sua visão sobre o tema: “(...) as NRs tem impedido o avanço econômico, a geração de emprego, o trabalho das empresas, vem penalizando os setores econômicos”.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR

PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP

GESTÃO 2017-2020 “SÓ COM LUTA SE CONQUISTA – DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER A SOBERANIA DO PAÍS”